

Prisco garante que não existe barganha ^{ouç} ^{P 3}

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Vianna, garantiu ontem que, se houver acordo na Constituinte, "ele não terá sido fechado em nome do presidente". Disse o ministro que "não há negociação a partir do presidente José Sarney sobre o mandato e o sistema de Governo, pois ele não é parte da Constituinte — logo não interfere em suas decisões —, nem é parte do que ali negociam os seus líderes".

"Admitir que o presidente estivesse aceitando trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo, com o objetivo de assegurar cinco anos de mandato, seria o mesmo que ele estivesse fazendo uma barganha. E isto ele não faz por uma questão moral e de ética", justificou Prisco Vianna.

Indagado se o Governo aceitaria o parlamentarismo com cinco anos, Prisco Vianna respondeu que "uma proposta desta natureza é até desrespeitosa ao presidente, pois, volto a dizer, significaria que ele estaria fazendo uma barganha, o que absolutamente não corresponde com sua posição". A seguir a entrevista com Prisco Vianna.

Ministro, o que se tem dito é que a maioria dos constituintes quer parlamentarismo com cinco anos, inclusive dito pelo próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães...

— Esta é uma presunção

do presidente da Constituinte. Para nós, por exemplo, ela não reflete a realidade de nossas avaliações. Acho que o dr. Ulysses agiu bem adiantando a votação do sistema de Governo para terça-feira porque não ficaria bem, perante a Nação, que se decidisse uma matéria desta relevância num sábado ou domingo, sem quorum qualificado. Votando na terça-feira, quando poderão estar presentes todos os constituintes, a decisão, então, ficará inquestionável.

O sr. garante que o presidente não negocia. Mas, e os ministros, como o senhor, vão trabalhar pelo presidencialismo com cinco anos?

— Como político — sou inclusive constituinte licenciado —, estou trabalhando para viabilizar a posição do presidente Sarney, que é presidencialismo com cinco anos, e nenhum ministro está autorizado a negociar outra solução que não esta. Mas é bom que fique claro que o Governo não participará de nenhum acordo.

Nem para colocar fim ao impasse, ministro?

— O Governo não é o responsável pelo impasse. Portanto, não lhe compete resolvê-lo. Nós estamos seguros de que vai se manter o presidencialismo e o mandato será de cinco anos.

Ele não quis revelar os números do Governo, alegando que isto é "segredo".

Leônidas aceita mudar regime

O ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), uma das recentes aquisições do grupo parlamentarista, que se a implantação do sistema de gabinete for o melhor caminho para viabilizar as eleições presidenciais no próximo ano, ele não será obstáculo a um acordo nesse sentido, que equivale a fixar o mandato do presidente José Sarney em cinco anos.

O ministro disse também que, no caso de prevalecer a tese parlamentarista, considera importante fazer, após um período de experiência do novo sistema, um plebiscito para verifi-

car a sua aceitação popular. José Geraldo fez ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um relato da sua conversa com o general Leônidas que, no seu entender, demonstrou moderação e total senso de equilíbrio.

O general Leônidas Pires, que tem defendido o presidencialismo e o mandato de cinco anos, disse, segundo informou o parlamentar, que os militares desejam que a negociação do sistema de governo seja vinculada com a questão do mandato e que a posição de que a realização de eleições este ano trará graves dificuldades ao País continua dominante no meio das Forças Armadas.

DIÁRIO BRAZILIENSE

19 MAR 1983